



Cenários macrofiscais a partir de 2019

Felipe Salto

Diretor-Executivo da IFI

1. Inspirada no Congressional Budget Office (CBO), dos Estados Unidos, e no Office for Budget Responsibility (OBR), do Reino Unido
2. Cerca de 40 países possuem instituições similares
3. Objetivo geral é ampliar a transparência das contas públicas
4. OCDE e FMI têm destacado a atuação da IFI do Senado Federal nestes 20 meses de atuação

❑ Relatório da OCDE (fev/18) sobre o Brasil:

*“Brazil has made substantial progress on its fiscal framework, including the new expenditure rule and **the recently established fiscal council (IFI), which has been publishing high-quality monthly reports, including fiscal projections and scenarios.** Its establishment has been a recommendation in previous OECD Economic Surveys or Brazil”
(Page 33).*

<https://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview.pdf>

- A Resolução do Senado 42/2016 define 4 objetivos para a IFI:

I - divulgar suas **estimativas de parâmetros** e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários;

II - analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às **metas definidas na legislação** pertinente;

III - **mensurar o impacto de eventos fiscais** relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial; e

IV - **projetar a evolução de variáveis fiscais** determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.

- **Liderança e coordenação dos trabalhos da IFI**
- O Conselho Diretor é formado por 3 membros (modelo inspirado no OBR):
 - Um Diretor-Executivo, que é indicado pelo Presidente do Senado Federal e preside o Conselho Diretor.
 - Dois Diretores, que são indicados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado.
- Tanto o Diretor-Executivo como os demais Diretores são indicados e obrigatoriamente sabatinados pelo Senado Federal, sendo as indicações apreciadas pelas Comissões e pelo Plenário.
- A independência é garantida pelo **mandato fixo** do Diretor-Executivo e dos Diretores. Inicialmente, 6 anos para o primeiro, 4 para o Diretor indicado pela CAE e 2 para o último diretor. A partir dos segundos mandatos, sempre 4 anos.

- **Conselho de Assessoramento Técnico (modelo do CBO) – *ainda não instalado***
 - Os membros do Conselho são indicados pelo Diretor-Executivo da IFI para assessorar a IFI em caráter consultivo por tempo indeterminado.
 - Os indicados devem ter notório saber e reputação ilibada, exercendo a função sem remuneração.
 - O objetivo do Conselho é prover avaliação crítica externa aos planos de trabalho e estudos feitos pela IFI.
 - Atualmente, já temos o Conselho funcionando informalmente, mas ele ainda precisa ser empossado pelo Presidente do Senado.

Todas as publicações da IFI estão no nosso site: <https://www12.senado.leg.br/ifi>



The screenshot shows the IFI website interface. At the top, there is a dark blue header with 'SENADO FEDERAL' on the left, 'Fale com o Senado' in the center, and a 'Portais' menu on the right. Below the header is the IFI logo and the text 'Instituição Fiscal Independente'. A navigation menu includes 'Sobre', 'Publicações', 'IFI na Mídia', 'Agenda', 'Contatos', and 'Dados'. There are also flags for the United Kingdom and Brazil. The main content area features a large banner with a blue and white geometric background. The banner text reads 'Leia aqui o Relatório de Acompanhamento Fiscal' and includes the IFI logo. Below the banner are four columns of information:

- Cronograma**: Veja o cronograma de publicações do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) para 2018.
- Imprensa**: Veja as reportagens, artigos e entrevistas publicados na imprensa sobre a IFI.
- Publicações**: Leia aqui a última edição do Relatório de Acompanhamento Fiscal.
- Inscreva-se aqui**: Cadastre-se para receber os relatórios, estudos e notas divulgados pela IFI.



Facebook e Twitter

Facebook: @instituicaoofiscalindependente (2,1 mil)

Twitter: @IFIBrasil (1,7 mil)

The image shows a composite of social media content for the IFI. On the left is the IFI profile page on Facebook, featuring the logo, bio, location (Brasília, Brazil), website (www12.senado.leg.br/ifi), and a grid of photos and videos. On the right is a screenshot of the IFI Twitter profile, showing the bio, a tweet about a seminar, and a tweet about a study. Below the tweets is a Facebook post from IFI, including the logo, name, and a large image with the text 'Instituição Fiscal Independente' and a coin. The Facebook post also shows engagement options like 'Curtiu', 'Seguindo', and 'Compartilhar'.

- Março de 2017– Apresentação no Senado Federal para um amplo grupo de economistas



- **Junho de 2017** – Apresentação do primeiro Estudo Especial da IFI e do Relatório de Acompanhamento Fiscal



- **Novembro de 2017** – Reunião do Conselho Diretor da IFI com a Vice-Presidência do Senado.



- Maio de 2018 – Recebemos a Missão do Artigo IV



- Maio de 2018 – Participação da IFI em eventos internacionais (Wilson Center)



- **Junho de 2018** – Participação da IFI em seminário acadêmico na FGV/EPGE.



- **Junho de 2018** – Em junho, organizamos um grande seminário no Senado, em parceria com o Professor Fernando Rezende, contando com as presenças do Ministro do Planejamento, do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário de Orçamento Federal.



10º Encontro Anual das IFIs e Memorando de Entendimentos com IFI Coreana

- **Julho de 2018** – Em julho de 2018, o Diretor-Executivo Felipe Salto e o Diretor Gabriel Barros estiveram em Seul participando do 10º Encontro Anual das IFIs. Lá, além de trocar experiências com as outras instituições, assinaram um Memorando de Entendimentos com a IFI Coreana.



- **2017/2018** – Recebemos visitas de missões da OCDE e realizamos reuniões com: Banco Mundial, Cepal - Nações Unidas, agentes e especialistas do mercado, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Tribunal Nacional de Contas, ex-ministros e secretários de Finanças dos Estados, professores da Universidade de São Paulo e Fundação Getulio Vargas (FGV), FIRJAN E FIESC, Associação Comercial de São Paulo, Wilson Center, e outras instituições e organizações.



NACIONES UNIDAS



Universidade de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 98 ★ TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2018 ★ Nº 32.507

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 0H01 ★ R\$ 4,00

União garante dívida de R\$ 83 bi de estados em crise

Segundo estudo, governo federal pode tomar calotes de Rio, Minas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás

Diante da deterioração fiscal de estados e municípios, a União teve de honrar compromissos financeiros desde os últimos dois anos e, com a piora do quadro, pode tomar novos calotes.

O caso do Rio é emblemático, mas outros estados em situação frágil, como Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, têm sido monitorados de perto.

De acordo com relatório da IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado, cinco estados que possuem notas de crédito baixas desde 2014 (C ou D (caso do Rio)) — detêm 47% do total das garantias oferecidas pela União, somando R\$ 82,7 bilhões.

Em 2017, o governo federal teve de honrar perto de R\$ 4 bilhões em empréstimos tomados e não pagos pelo Rio.

Nos créditos obtidos por estados e municípios para investimentos, por exemplo, é comum a União atuar como uma espécie de fiador.

O Rio diz que o plano de recuperação prevê retomar o pagamento da dívida em 2021. RS, SC e GO afirmam que as dívidas têm sido quitadas, e MG, que a União não teve que executar garantias dadas em 2018. Mercado A12

- A imprensa usa diariamente nossas análises
- Estudo sobre as contas estaduais foi manchete principal da Folha
- Cerca de 1 a 2 citações na imprensa por dia

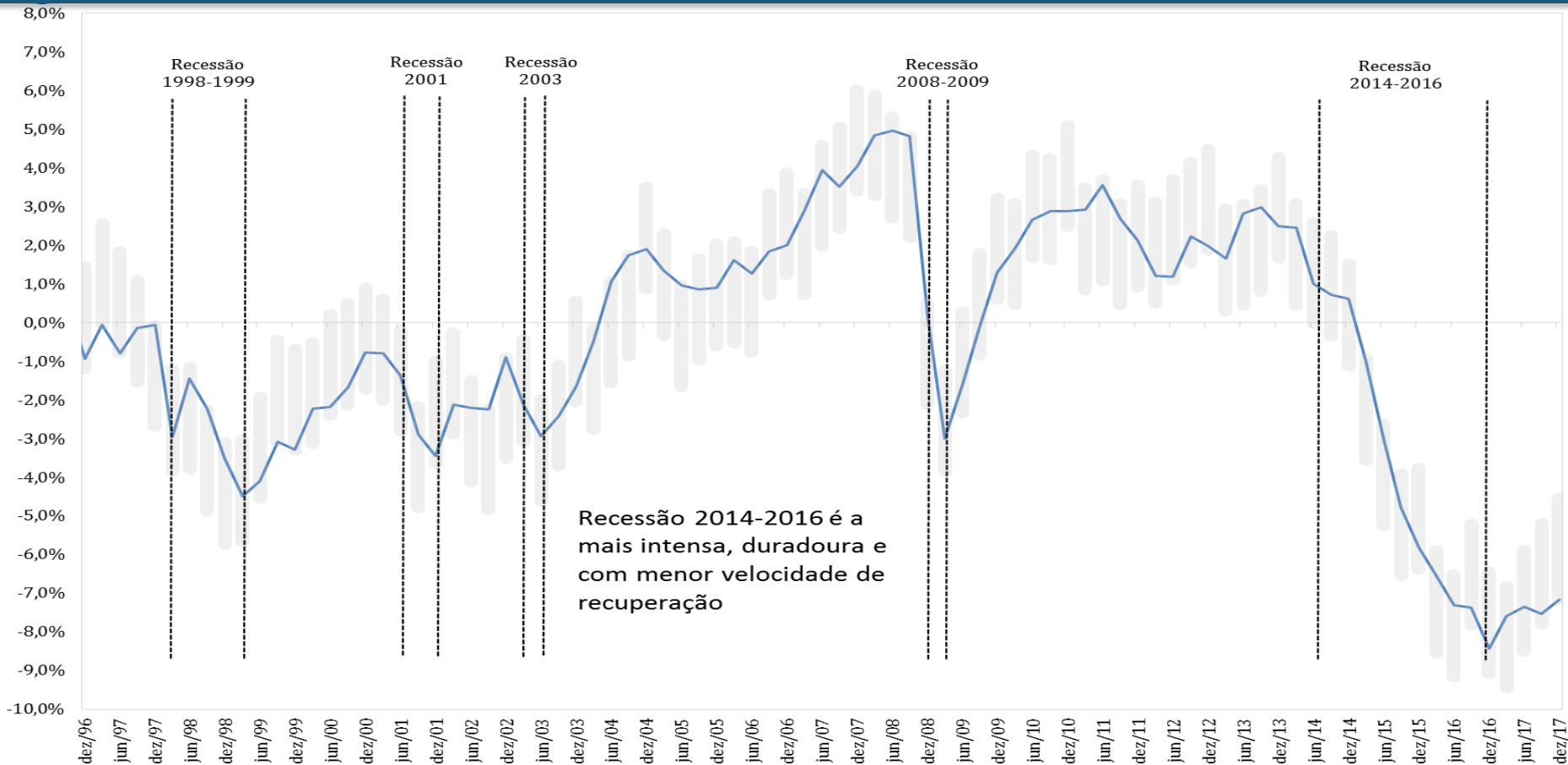
ESTIMATIVAS DOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

Versão Atual	Cenário Base						Cenário Otimista			Cenário Pessimista		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020-2030	2018	2019	2020-2030	2018	2019	2020-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.996	6.259	6.560	6.971	7.471	11.360	6.959	7.446	11.950	6.975	7.443	11.862
PIB - Crescimento real (%)	-3.5	-3.5	1.0	1.6	2.4	2.2	1.8	2.9	3.4	1.4	1.3	1.4
Massa salarial - Crescimento real (%)	0.4	-3.4	2.3	2.2	2.8	2.1	2.4	4.1	2.9	1.9	1.8	1.7
IPCA (%)	10.67	6.29	2.95	4.0	4.1	4.0	3.7	3.4	3.7	4.3	4.7	5.7
Deflator do PIB (%)	7.57	8.14	3.78	4.6	4.7	4.6	4.3	3.9	4.3	4.8	5.3	6.3
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	3.90	3.26	3.31	3.69	3.61	4.02	3.54	3.32	3.56	3.73	3.76	4.56
Selic - final de período (%)	14.25	13.75	7.00	6.50	8.00	8.50	6.50	7.00	7.00	7.50	9.50	11.86
Juros reais (%)	3.23	7.02	3.94	2.4	3.7	4.3	2.4	3.7	3.2	3.1	4.6	5.8
Prêmio de Risco (EMBI-BR) - final de período	523	328	240	270	250	250	250	200	190	350	350	350
Versão passada (RAF 16)	2015	2016	2017	2018	2019	2020-2030	2018	2019	2020-2030	2018	2019	2020-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.996	6.259	6.560	6.970	7.418	10.970	6.984	7.471	11.738	6.986	7.446	11.563
PIB - Crescimento real (%)	-3.5	-3.5	1.0	2.7	2.5	2.3	3.2	3.5	3.5	1.9	1.5	1.3
Massa salarial - Crescimento real (%)	0.4	-3.4	2.3	3.0	2.8	2.0	4.2	4.9	2.6	2.7	1.8	1.5
IPCA (%)	10.67	6.29	2.95	3.5	3.9	4.1	3.1	3.4	3.8	4.5	5.0	5.9
Deflator do PIB (%)	7.57	8.14	3.78	3.5	3.9	4.1	3.1	3.4	3.8	4.5	5.0	5.9
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	3.90	3.26	3.31	3.45	3.55	3.82	3.3	3.3	3.5	3.71	3.84	4.79
Selic - final de período (%)	14.25	13.75	7.00	6.25	7.50	8.50	6.0	6.0	7.0	8.5	9.5	11.9
Juros reais (%)	3.23	7.02	3.94	2.7	3.5	4.3	2.7	3.5	3.1	3.8	4.3	5.7
Prêmio de Risco (EMBI-BR) - final de período	523	328	240	265	261	239	234	220	194	349	354	300

Elaboração: IFI.

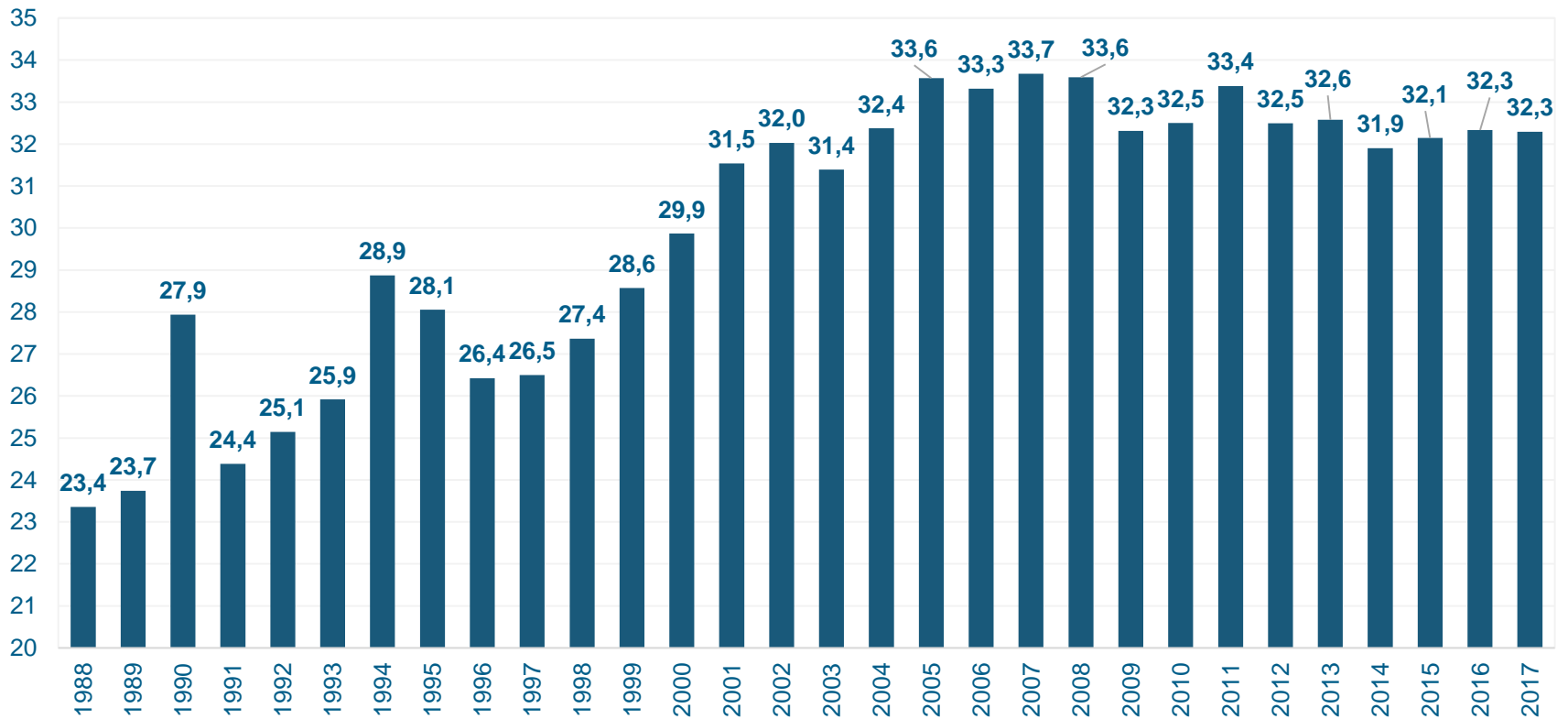
Hiato do produto

(Metodologia da Comissão Europeia)



GDP (per capita) - PPP (2011 dollar)	1980	2017
Brazil	11,146	14,212
Advanced economies	23,665	44,905

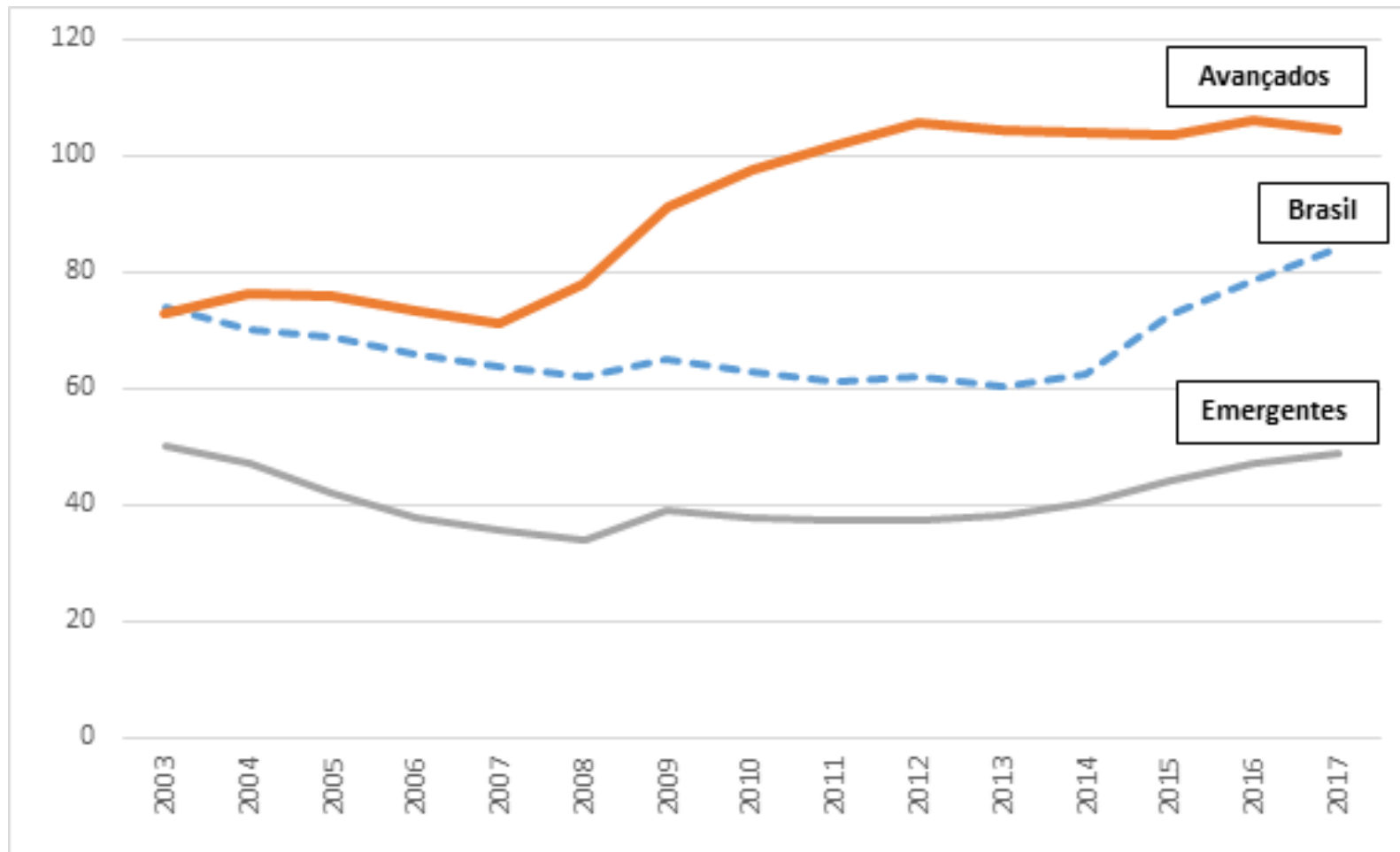
CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA - % DO PIB 1988/2017



Fonte: IFI.

ifi Conjuntura fiscal – Brasil e resto do mundo

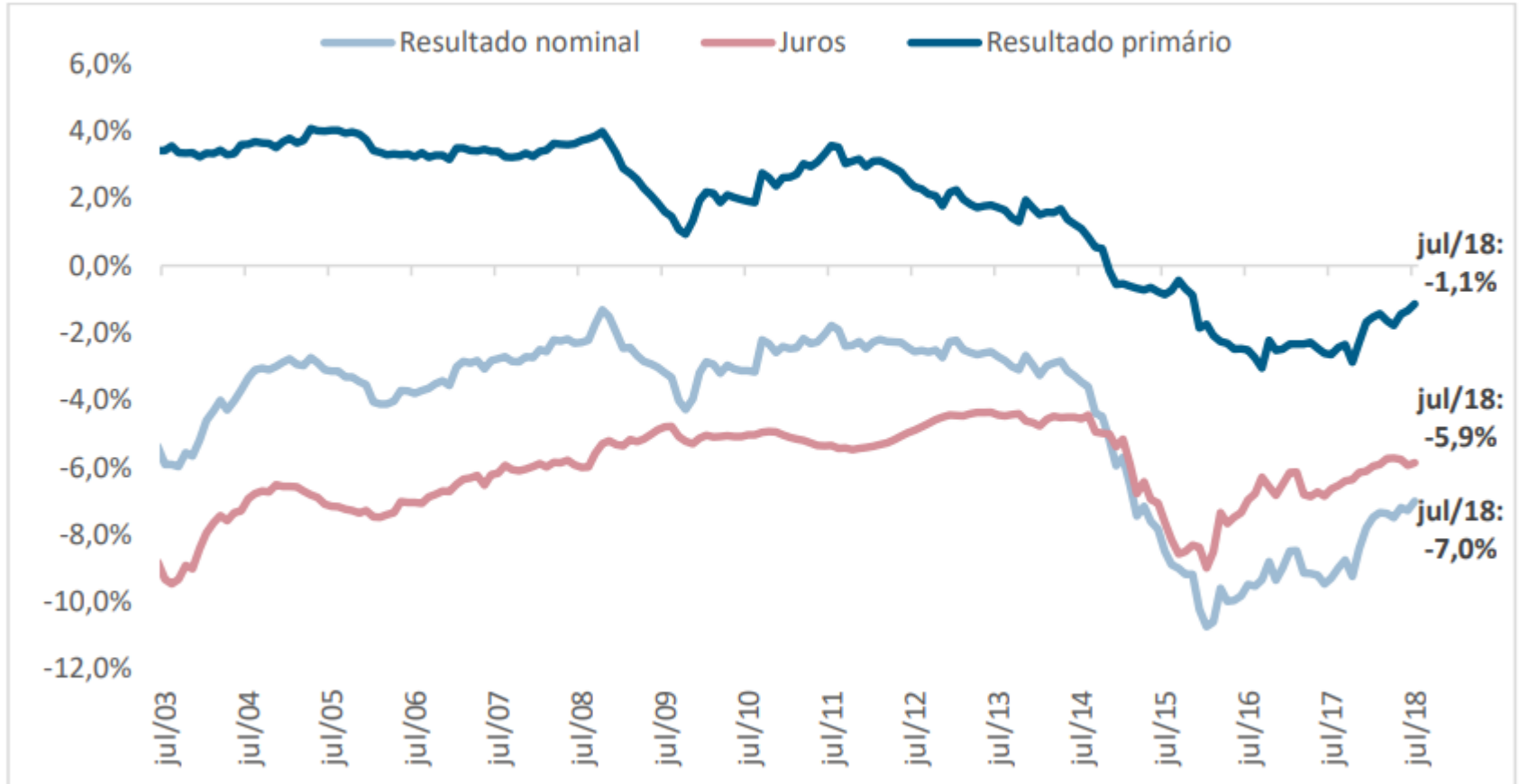
DÍVIDA COMPARADA (% DO PIB)



Fonte: FMI. Elaboração – IFI.

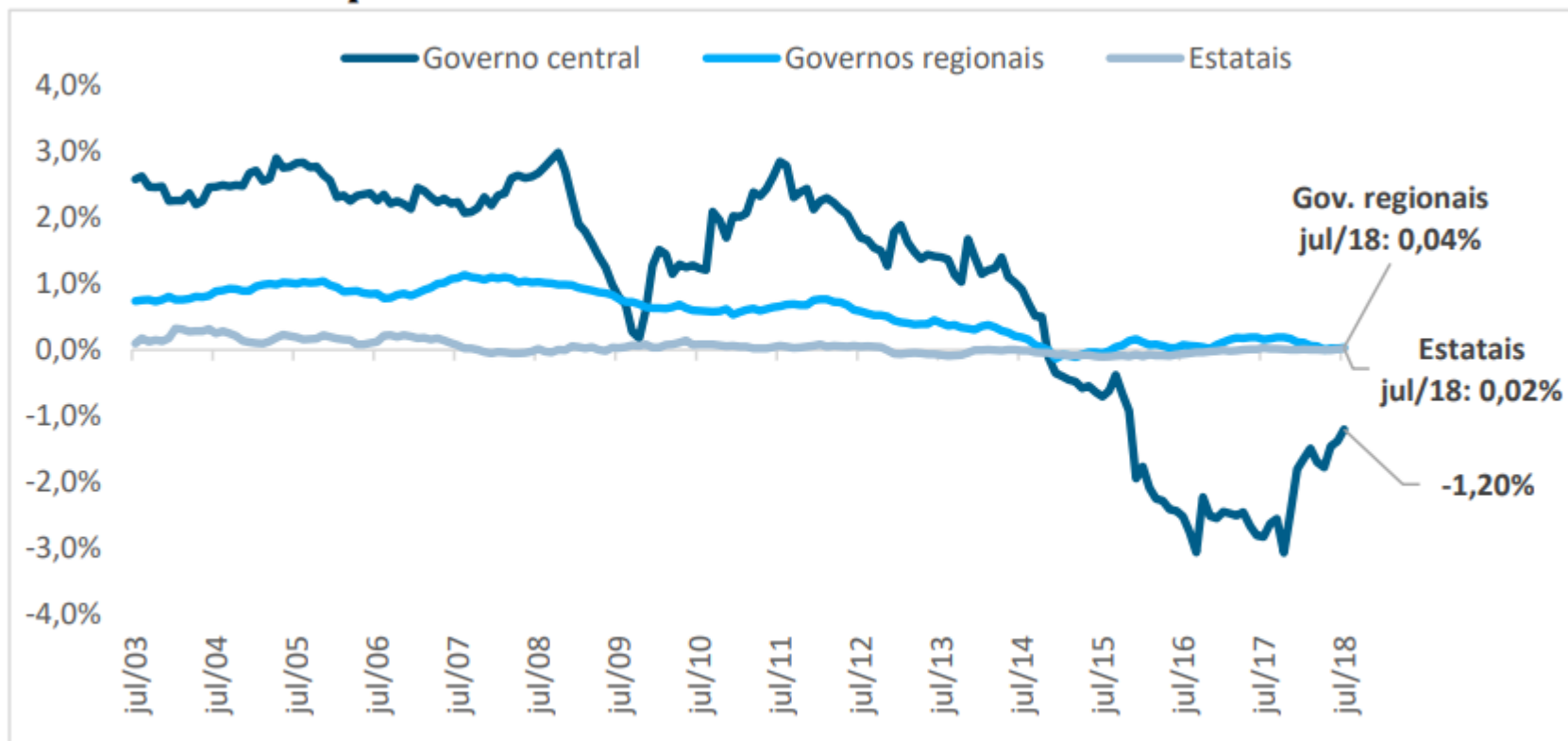
Resultado fiscal – evolução

Gráfico 6: Resultado primário, resultado nominal do setor público consolidado e juros devidos acumulados em 12 meses – % do PIB



Fonte: Bacen. Elaboração – IFI/Senado.

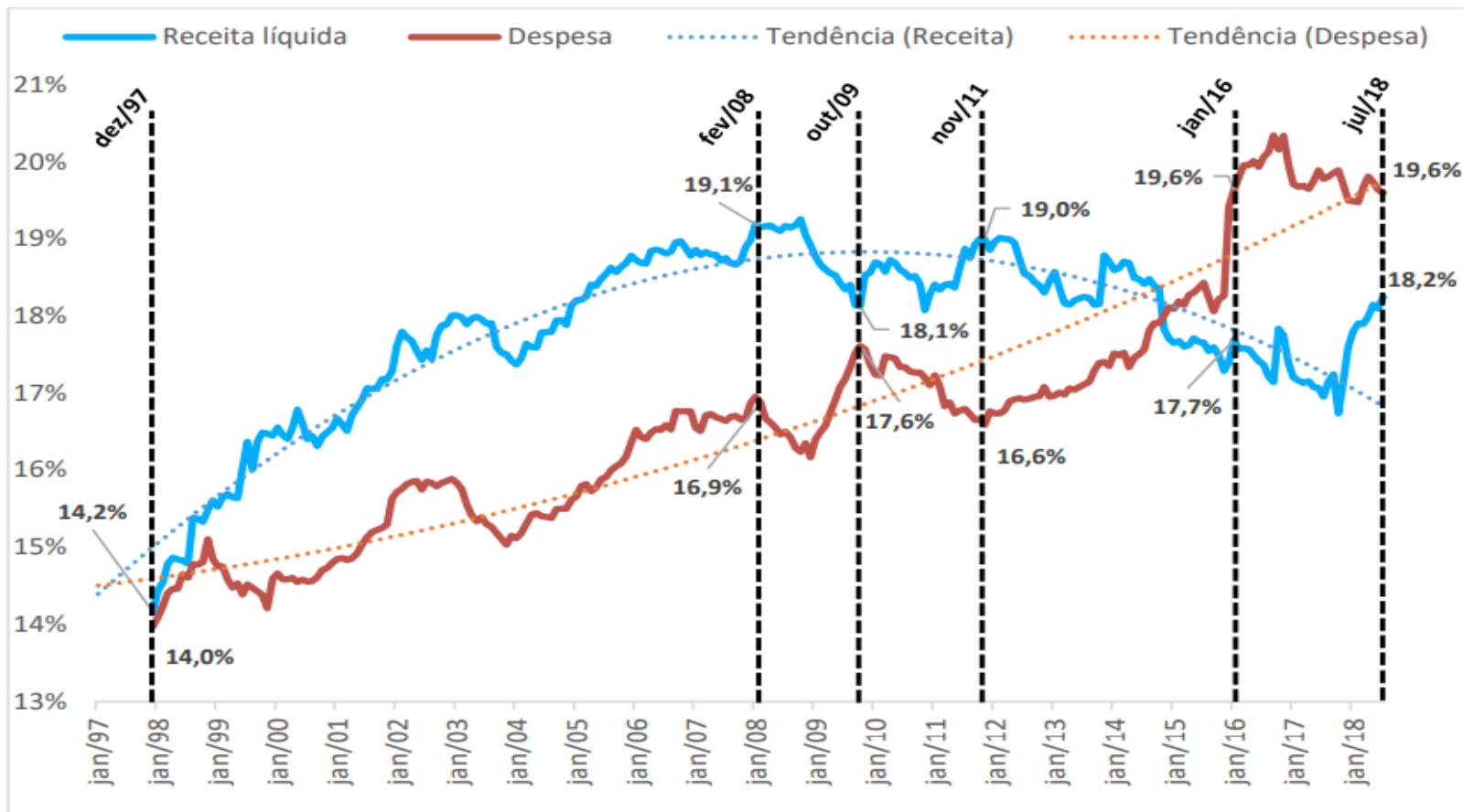
Gráfico 7: Resultado primário do governo central, dos governos regionais e das empresas estatais acumulado em 12 meses - % do PIB



Fonte: Bacen. Elaboração - IFI/Senado.

Receitas e despesas

Gráfico 8: Receitas líquidas e despesas totais do governo central acumuladas em 12 meses – % do PIB*



* As séries originais foram descontadas em R\$ 74,8 bi nas receitas e em R\$ 42,9 bi nas despesas, em setembro de 2010, para neutralizar os efeitos da cessão onerosa do pré-sal à Petrobras e a capitalização ocorrida. As linhas de tendência são aproximações das séries históricas por um polinômio de segundo grau.

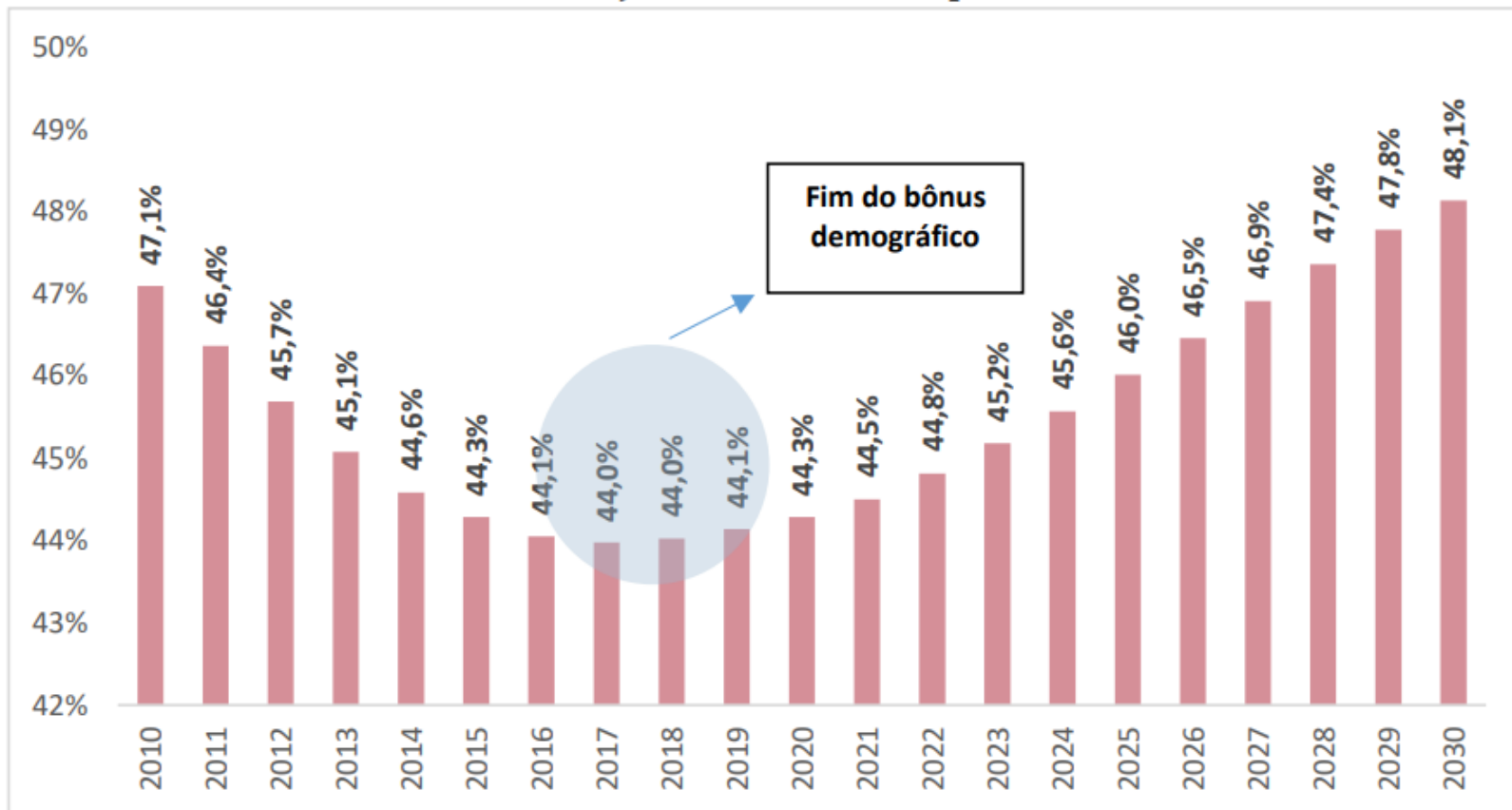
Fonte: Tesouro. Elaboração – IFI/Senado.

RECEITA LÍQUIDA E COMPOSIÇÃO DO GASTO PÚBLICO FEDERAL EM 2017 (% DO PIB)

I. Receita líquida	17.6%
II. Despesas primárias	19.5%
II.1 Previdência - INSS	8.5%
II.2 Pessoal (ativo e inativo)	4.3%
II.3 Outras	2.8%
II.3.1 Seguro-desemprego	0.8%
II.3.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC)	0.8%
II.3.3 Outras	1.2%
II.4 Despesas discricionárias	3.8%
II.4.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – investimentos)	0.5%
II.4.2 Outras	3.3%

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração – IFI.

Gráfico 10: Evolução da razão de dependência* - %



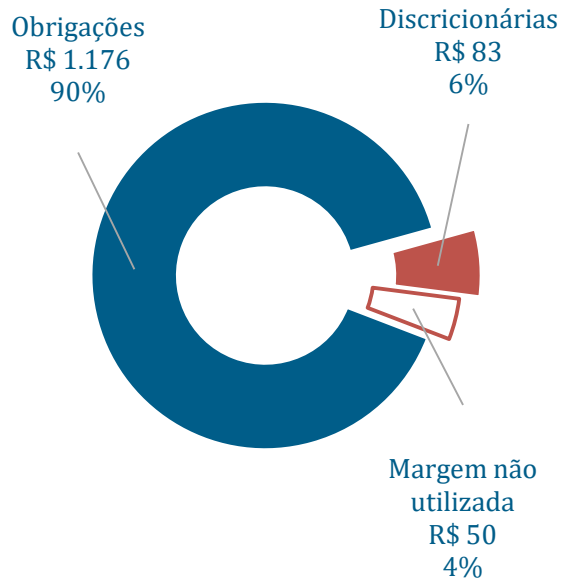
* Razão entre o grupo composto por pessoas com 0 a 14 anos e com 65 anos ou mais e o grupo de 15 a 64 anos.

Fonte: IBGE. Elaboração - IFI/Senado.

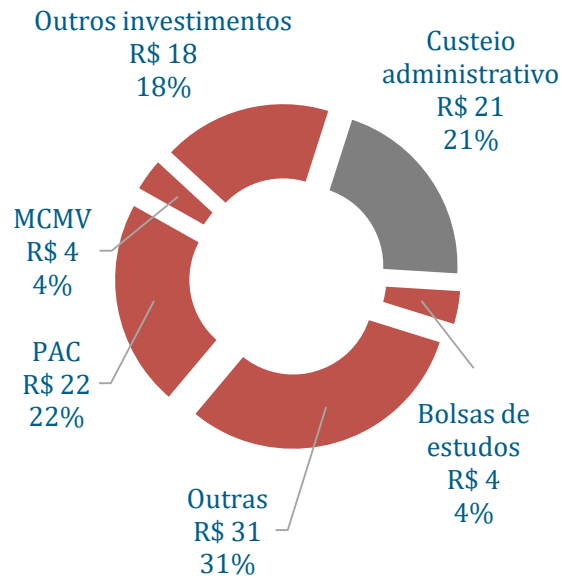
Composição da Margem Fiscal

- Conjunto de **obrigações** representa cerca de **90%** do gasto público federal.
- **Cerca de 45%** da margem fiscal em 2017 foi composta por investimentos, sendo 22% do PAC.
- **Custeio administrativo** é relativamente pequeno e apresenta elevada rigidez para reduções no curto prazo, uma vez que **60%** é composto por material de consumo e serviços de apoio.

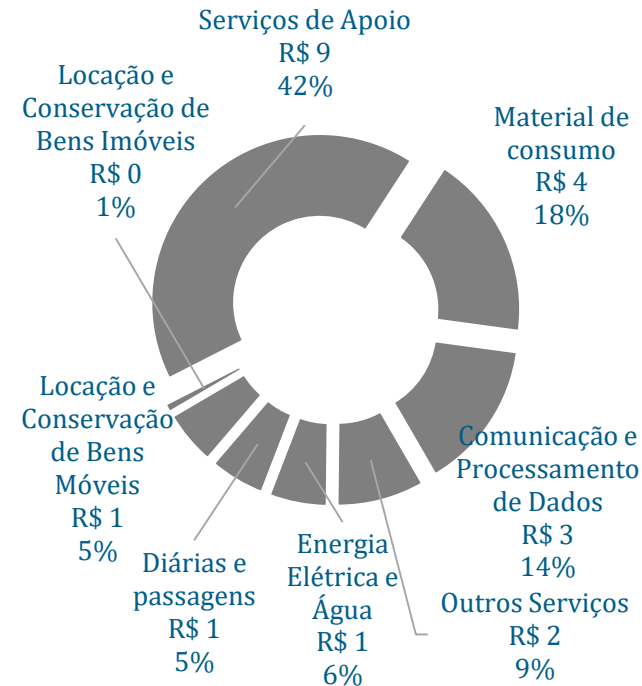
Despesas sujeitas ao teto



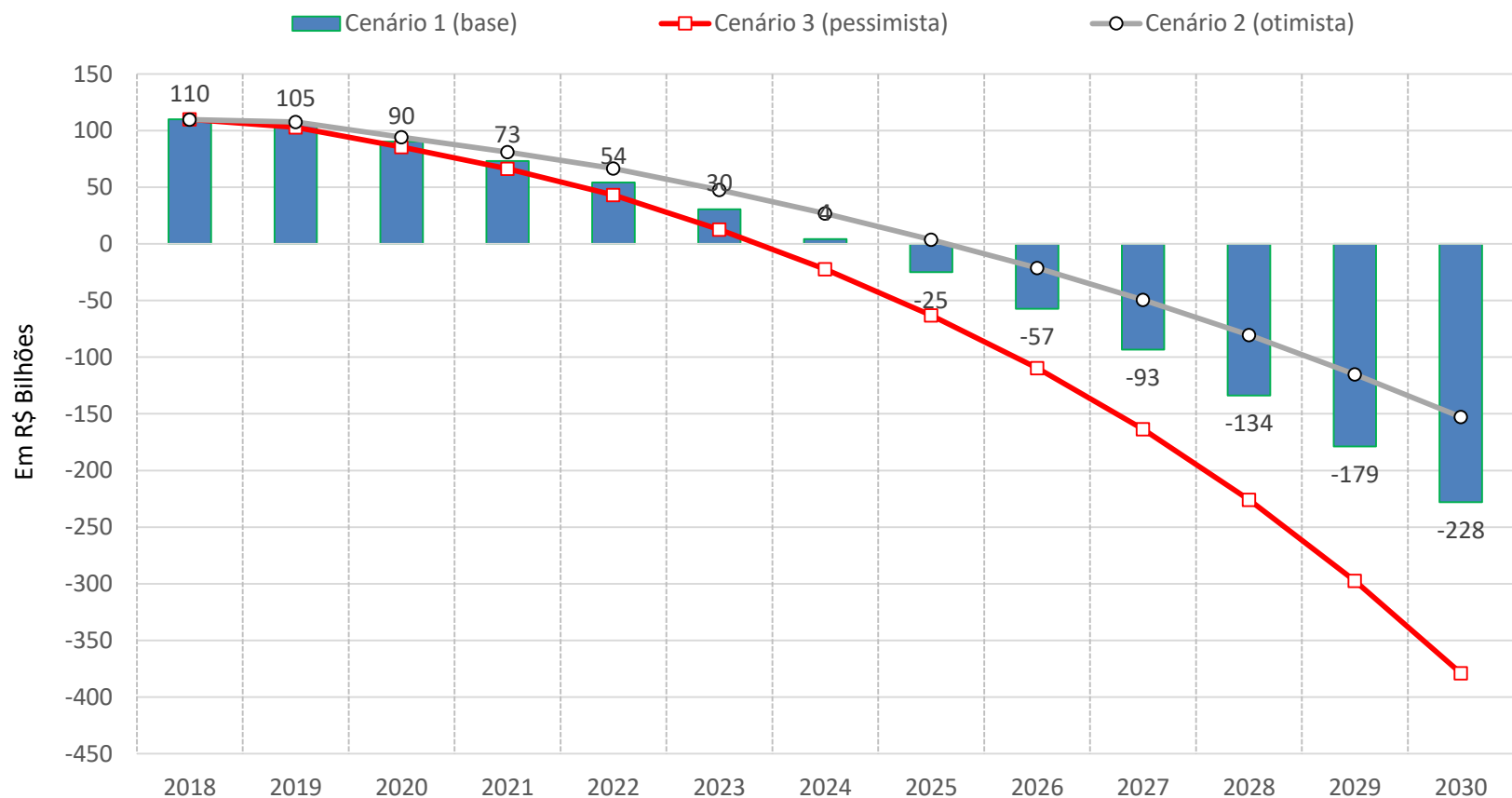
Discricionárias



Custeio Administrativo

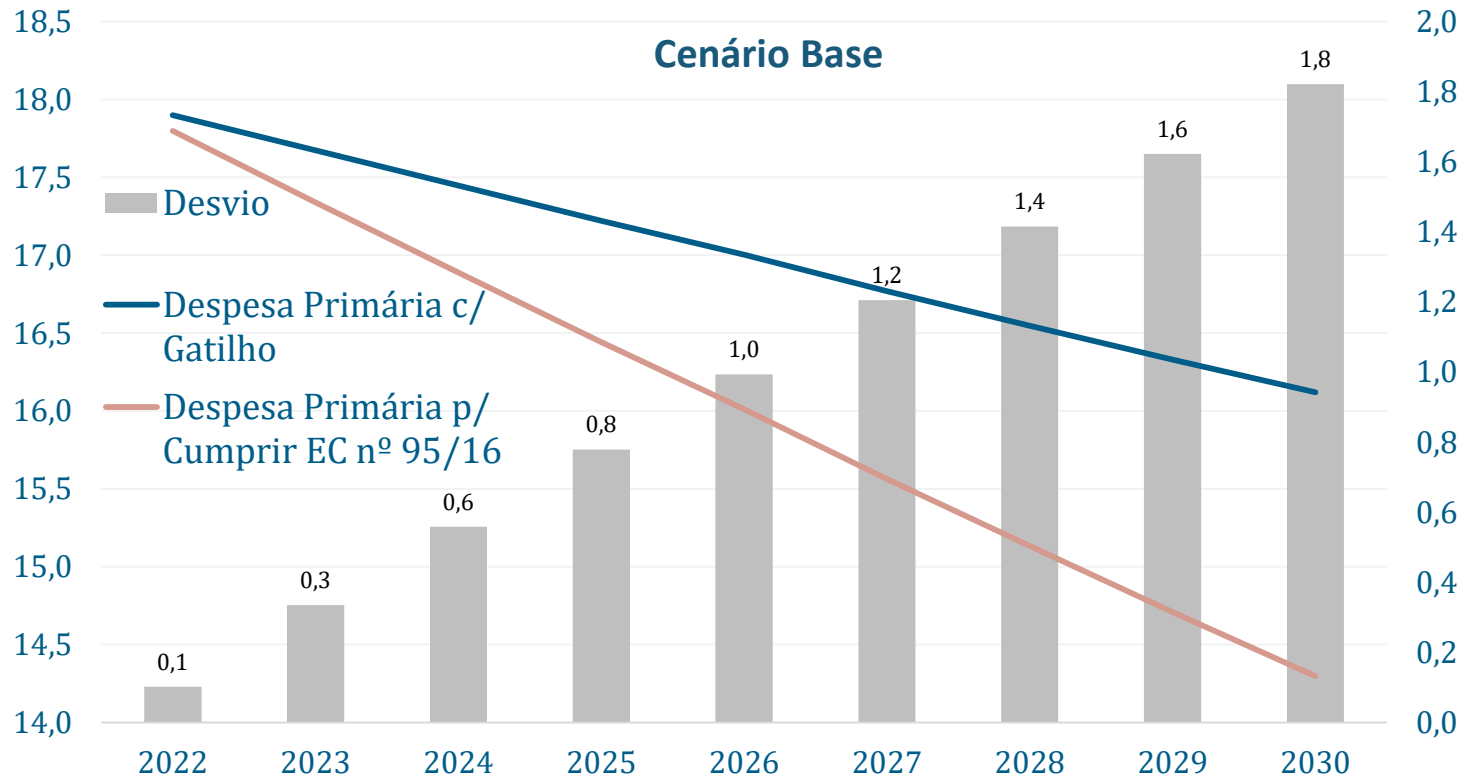


- Margem fiscal que garante funcionamento mínimo dos ministérios é estimada em R\$ 75/80 bilhões.



- Acionamento dos gatilhos não é suficiente para trazer gasto ao nível requerido pelo teto.

DESPESA PRIMÁRIA COM GATILHOS E REQUERIDA PARA CUMPRIR O TETO DE GASTOS (% DO PIB)



Fonte: Tesouro Nacional e Siafi. Elaboração: IFI.

Resultado Primário do Setor Público Consolidado

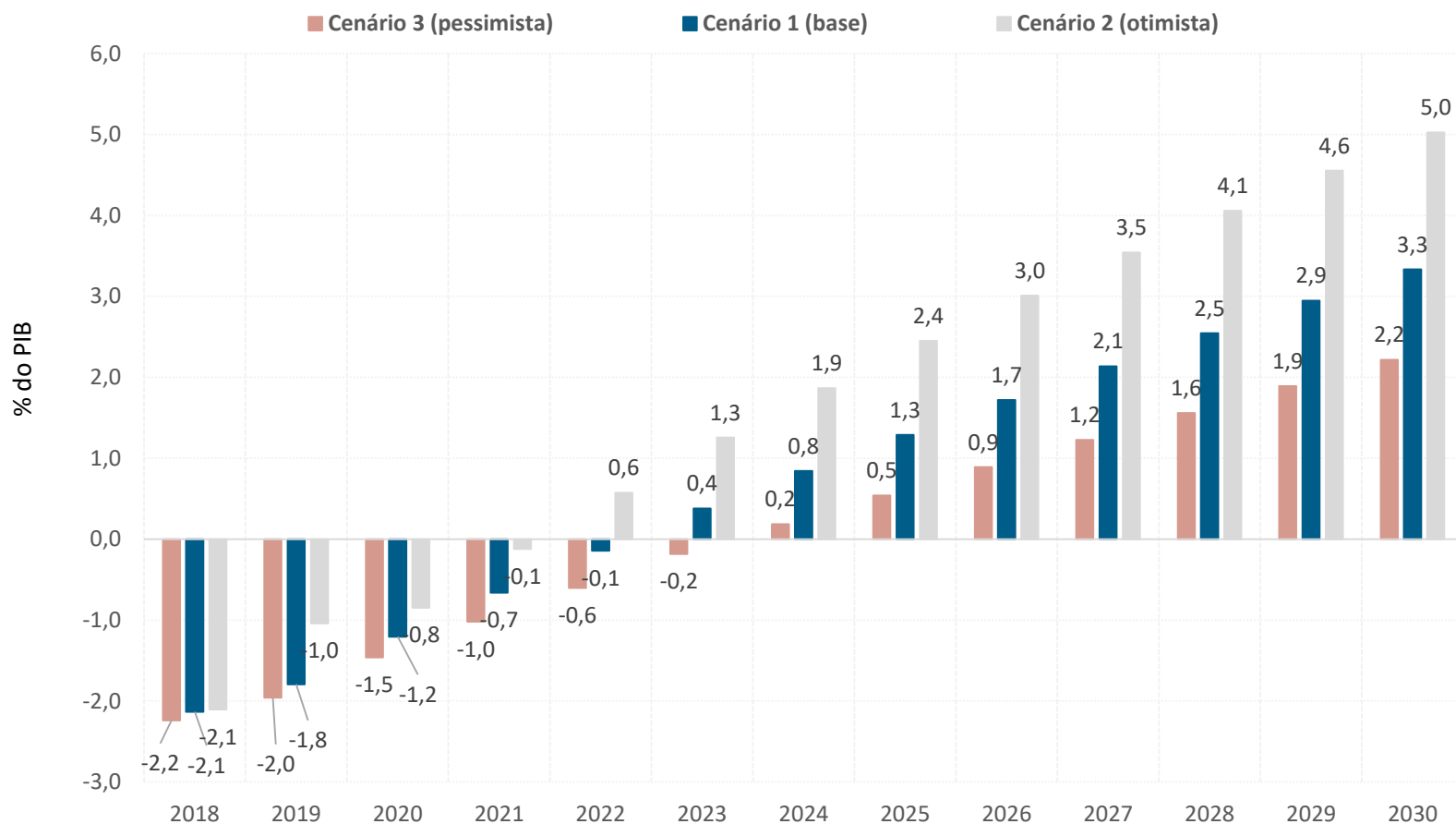
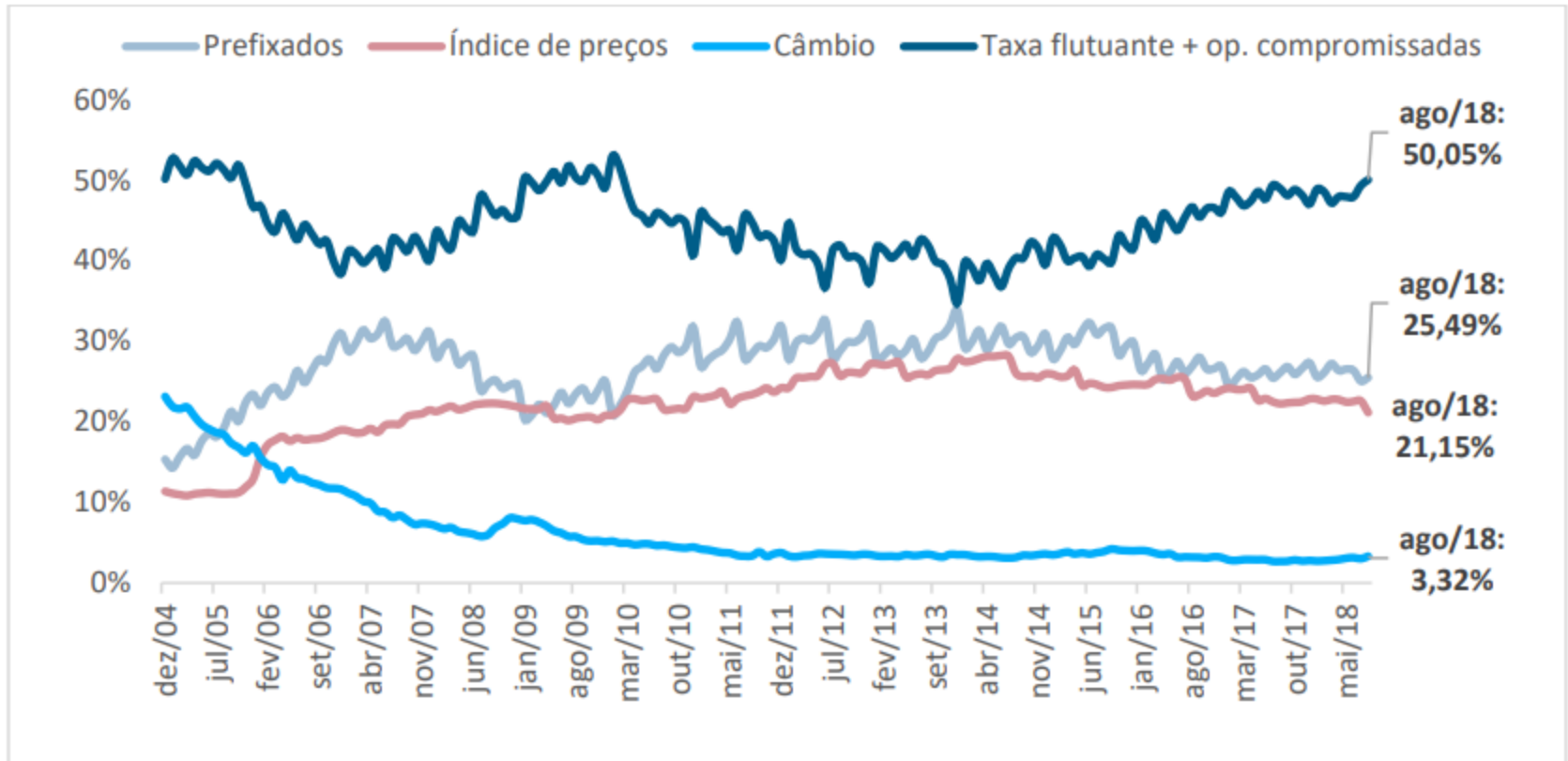


Tabela 5: Simulações para o superávit primário requerido para estabilizar a DBGG, considerando-se juros reais a 4,3% e crescimento econômico em 2,2%

		Dívida - % do PIB					
		60	70	80	90	100	110
Juros e PIB - variação %	3,5% e 3,0%	0,30	0,35	0,40	0,45	0,50	0,55
	4,3% e 2,2%	1,26	1,47	1,68	1,89	2,10	2,31
	5,0% e 1,5%	2,10	2,45	2,80	3,15	3,50	3,85
	5,5% e 1,0%	2,70	3,15	3,60	4,05	4,50	4,95
	6,0% e 0,5%	3,30	3,85	4,40	4,95	5,50	6,05

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4: DPF somada às operações compromissadas - % por tipo de indexador*



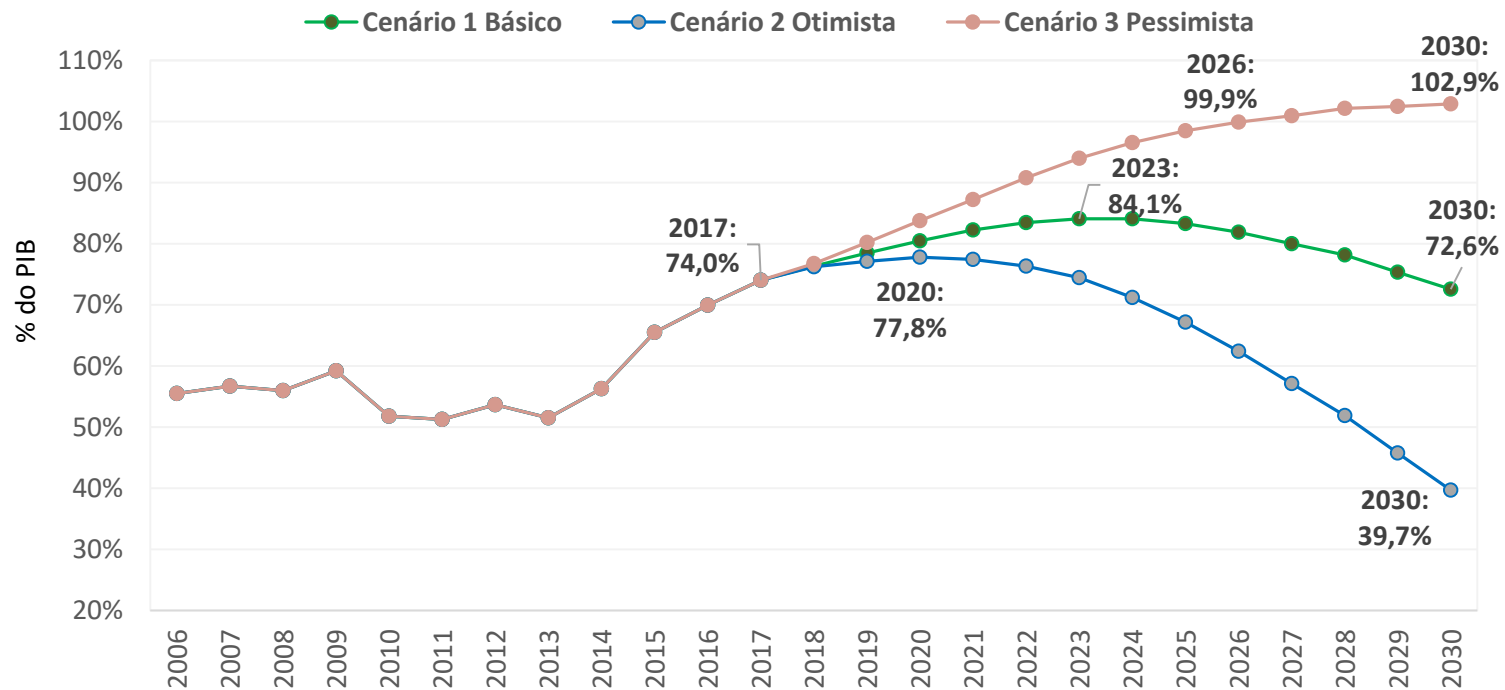
* Todas as séries foram calculadas em relação ao denominador "DPF + operações compromissadas", sendo a série "Taxa flutuante + op. Compromissadas" igual à soma das participações dos títulos de taxa flutuante e das compromissadas.

Fonte: Bacen. Elaboração - IFI/Senado.

Trajetórias para a dívida

- **Destaque para algumas premissas macroeconômicas:**
 - Correção do salário mínimo apenas pela inflação defasada (INPC-1) a partir de 2020
 - Quantum do RGPS: 2,9% (cenário base), 2,4% (otimista) e 3,4% (pessimista) a partir de 2020
 - Quantum do BPC (Loas/Rmv): 3,2% em todos os cenários
 - Crescimento Econômico: 2,2% (cenário base), 3,4% (otimista) e 1,4% (pessimista) a partir de 2020
 - Juro Real: 4,3% (cenário base), 3,2% (otimista) e 5,8% (pessimista) a partir de 2020

Dívida Bruta do Governo Geral



1. Melhorar a gestão e reduzir excessos, legitimando reformas estruturais
 2. Política de pessoal
 3. Previdência social
 4. Medidas do lado da receita
- 